

Istoé

19/6/1985

ECONOMIA

Protestos agrícolas

Medo de que o governo venda estoques de cereais a preços baixos desperta queixas no campo

Brasília assistiu a uma manifestação inédita na última quinta-feira: cinquenta caminhões pesados, carregados com soja e máquinas agrícolas, paralisaram o trânsito na Esplanada dos Ministérios. Estacionados em frente do Ministério da Agricultura, os manifestantes, organizados pela Associação Nacional dos Produtores de Soja, buscavam adesões entre os escassos populares, distribuindo grãos de soja e desfilavam um rosário de queixas, narrando os problemas do setor. Protestavam contra o alto custo dos financiamentos à agricultura e dos insumos que utilizam, num momento em que os preços da soja estão em baixa. Ao receber os manifestantes, o ministro da Agricultura, Pedro Simon, assegurou que a Nova República mantém sua prioridade para a produção agrícola, colhendo aplausos. Afinal, os manifestantes buscavam fortalecer a posição de Simon, num embate com o Ministério da Fazenda, em torno da política que o governo federal deve adotar para se desfazer dos gigantescos estoques de grãos que acumulou ao longo do ano, comprando parte da produção dos agricultores, ao aplicar a política de garantia dos preços mínimos.

Até o final de maio, a Comissão de Financiamento da Produção (CFP) comprou 5,6 milhões de toneladas de grãos, ou seja, 10% da safra brasileira, que alcançou 55,7 milhões de toneladas (com uma alta de 6% sobre o ano anterior), com um gasto de 8 trilhões de cruzeiros. A boa colheita acabou fazendo com os preços de mercado dos principais cereais e oleaginosas ficassem abaixo dos generosos preços mínimos com que o governo comprou a produção aos agricultores. Atualmente, um produtor de arroz pode conseguir cerca de 55 mil cruzeiros por um saco de 60 quilos, enquanto o preço mínimo bate nos 60 mil cruzeiros. Para a soja, são fechados negócios entre 46 mil e 47 mil cruzeiros, para um preço mínimo de 46.740 cruzeiros, mas os sojicultores temem que os preços de mercado venham abaixo caso o governo comece a vender o 1,6 milhão de toneladas de seu estoque pelo preço de mercado.

Nesta pendência, os sojicultores apontavam as baterias contra a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP), um órgão que passou para a esfera do Ministério da Fazenda na Nova República (antes integrava o Ministério do Planejamento). E não é para menos. O secretário da SEAP, João Luís da Silva Dias, defende a estratégia de colocação dos estoques de grãos que o governo formou ao preço de mercado, mesmo que fique abaixo do preço mínimo do Produto, contribuindo assim para estabilizar a oferta e evitar que os preços de tais produtos pressionem as taxas inflacionárias, penalizando os consumidores. Isso já foi feito na semana passada, quando a SEAP usou parte dos estoques da safra do ano passado para abastecer o mercado do Rio de Janeiro com 15 mil toneladas de arroz e 11 mil toneladas de feijão-preto.

No entanto, o presidente da CFP, Ignácio Mammana Netto, contesta esta tática e garante que o Ministério da Agricultura não quer penalizar os consumidores e que a venda de estoques oficiais a preços baixos poderá converter-se, no futuro, em um ônus para os mesmos. "A colocação de estoques a níveis inferiores ao mínimo prejudicará a comercialização do restante da safra ainda com os produtores, que ficarão descapitalizados e não poderão enfrentar a próxima fase de plantio", pondera Mammana. Nesta hipótese, cairia a área plantada e surgiria a ameaça de uma escassez da oferta de alimentos básicos em 1986, criando um foco inflacionário.

Os agricultores, como não poderia deixar de ser, estão com a CFP. É o caso de Haroldo Galassini, presidente da Cooperativa Agrícola de Campo Mourão (no Oeste do Paraná), para quem o governo deveria vender seus estoques por um preço que cubra o custo de aquisição, acrescido de correção monetária e das despesas de estocagem. "Se os estoques forem vendidos pelo preço mínimo que vigorava em abril, será uma concorrência desleal aos agricultores que ainda têm a produção em mãos, desestimulando o plantio da próxima safra", insiste Galassini. E os cálculos da área do Ministério do Planejamento estimam que 40% da safra de grãos ainda esteja com os produtores, que aguardam preços mais competitivos.

O fato é que o governo, com estoques de grãos e oleaginosas que representam apenas 10% da safra de 1984/85, tem um gigantesco poder de fogo, capaz de determinar o preço do restante da produção. Há, porém, alternativas. Eugênio Stefanello, delegado da CEP no Paraná, julga que seria possível ao governo vender seus estoques pelo preço mínimo — subsidiando o consumidor final — desde que anuncie simultaneamente medidas eficazes de estímulo ao plantio da próxima safra, assegurando créditos para custear o plantio em volume suficiente e preços mínimos compatíveis com os custos estimados de produção.

De imediato, tudo leva a crer que o governo federal terá que separar mais dinheiro para honrar seus compromissos de comprar a safra pelos preços mínimos. Vendendo os estoques já existentes, acabará deprimindo os preços de mercado e os produtores não terão outra alternativa senão vender a parcela que retêm o ao próprio governo.

A alternativa para o impasse, proposta por Néelson Nicolau, secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, é que o governo aguarde o final da comercialização de toda a safra para começar a desovar seus estoques, e isto através de programas voltados para abastecer as populações de baixa renda — merenda escolar, sacolões, a rede da Cobal —, beneficiando-as com alimentos mais baratos. O conflito anilado em torno da questão dos estoques oficiais poderá acabar despencando na mesa do presidente José Sarney, sobre a qual já repousa uma gorda lista de pendências que dividem a equipe ministerial.

(Páginas 56 e 57)